



DEVASTAÇÃO: projeto no Congresso pode fazer com que desmatamento na Amazônia chegue a 405 mil km²

Novo código ameaça desmatar uma Espanha na Amazônia

Parecer do deputado Moacir Micheletto vai a plenário no dia 24 e já conta com a simpatia da maioria dos parlamentares do PFL. FHC, contrariado, diz que pode vetar proposta

O desmatamento na Amazônia poderá atingir mais 405 mil km² se o plenário do Congresso aprovar o parecer do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR) que reduz de 80% para 50% o limite da área de reserva legal em cada propriedade na região.

A projeção é da Secretaria de Coordenação da Amazônia, do Ministério do Meio Ambiente. A área é quase o território da Espanha, que tem cerca de 500 mil km², ou quase a soma das áreas de São Paulo, Rio, Espírito Santo, Paraíba e Distrito Federal.

O presidente do Congresso, senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), anunciou ontem estar marcada para o dia 24 a votação em plenário do projeto de Micheletto. O presidente FHC acena com a possibilidade de vetar o projeto passar.

ACM disse que a maioria do PFL é favorável ao aumento da área que pode ser desmatada, e que ele não pretende "trabalhar nem a favor e nem contra o projeto". Indagado se não seria uma incoerência do PFL apoiar uma proposta completamente contrária à posição do ministro do Meio Ambiente, José Sarney Fi-

lho, que é do partido, ACM completou: "Nem sempre apóio o ministro Sarney Filho, e nem sempre ele tem que me apoiar." O líder do PFL na Câmara, Inocêncio Oliveira, prometeu articular a rejeição em plenário do projeto, aprovado anteontem pela comissão mista encarregada de rever o Código Florestal.

Último caso

Já o porta-voz da Presidência da República, Georges Lamazière, garantiu que a posição do governo com relação ao governo já foi expressa com clareza pelo ministro Sarney Filho. "A matéria ainda vai a plenário e o presidente espera modificações nesse trâmite, de acordo com o que foi expresso pelo ministro Sarney Filho. Caso não seja possível, em último caso, o presidente se reserva o direito legal do veto."

Para a assessora de coordenação de gestão ambiental da Secretaria da Amazônia, Katia Lemos Costa, não faz sentido ampliar a área disponível para exploração econômica convencional, pois já existe uma extensa área abandonada na região. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), 180 mil km² foram desmatados e abandonados, o correspondente a 20% da área desmatada nos últimos 30 anos.

A pedido da secretaria, o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) realizou pesquisa no início do ano que identificou já terem sido desmatados 783,4 mil km² do total de 5,1 milhões de km² da Amazônia. Essa área já é superior aos 500 mil km² considerados com poten-

cial agrícola médio e alto. Katia diz que 29% das terras na Amazônia não têm vocação para a agricultura. O potencial é extremamente baixo em 34% do território e baixo em outros 30%.

A devastação na Amazônia poderá tornar-se ainda mais grave, segundo previsão do Instituto de Pesquisas Ambientais (Ipam), a partir da abertura de novas estradas e recuperações de outras existentes na região.

Segundo um estudo do Ipam, a expansão da malha viária - em torno de 4.600 quilômetros, conforme previsão do governo federal - poderá ocasionar um desmate em uma área de 80 mil a 180 mil km² nos próximos 25 anos.

Grupos de resistência

A aprovação do parecer de Micheletto tem sido duplamente criticada pelos grupos de defesa do meio ambiente. Eles consideram que, além de dar margem à intensificação do desmatamento no País, o projeto atropelou um processo de discussão que estava em curso na área.

"Esse desastre é de responsabilidade integral do governo, que mexeu numa lei que está em vigor há mais de 30 anos de forma irresponsável", afirmou João Paulo Capobianco, coordenador do Instituto Socioambiental (ISA). "A sociedade civil fez tudo o que pôde para ajudar o governo a inverter essa situação. Agora, cabe ao governo resolver o problema que ele mesmo criou."



Deputado Moacir Micheletto, autor do parecer que altera o Código Florestal: criticado por grupos ambientalistas

José Paulo Lacerda/AE